Cortes desaquecem economia do DF

Aldo Renato Soares
de Brasília

O ajuste fiscal já está surtindo efeito no Distrito Federal. O governo suspendeu as licitações que haviam sido lançadas mas não estavam concluídas. Já as concorrências que tinham os vencedores definidos e os resultados homologados tiveram os pedidos cortados pela metade.

As medidas foram adotadas após o discurso do presidente Fernando Henrique, no dia 23, quando ele enfatizou o esforço fiscal que fará no seu segundo mandato e repartiu responsabilidades com o Congresso, estados e municípios.

“O próximo ano será caótico para a construção civil”, diz o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção do DF, Elson Póvoa. Para piorar, as obras em andamento que estão sendo feitas para o governo local se encerram até dezembro e, para 1999, não há nada.

No setor de confecções, ainda não há estimativas do número de vagas

que serão fechadas por conta da suspensão e cortes de 50% nas concorrências federais. “As licitações que iam ser feitas foram canceladas”, comenta o proprietário de uma fábrica que fornece uniformes profissionais para o governo.

Os danos à economia local vão mais longe. Da massa salarial total, os funcionários públicos representam 40%. Antes mesmo do anúncio dos cortes, a economia da capital federal apresentava o pior desempenho do País. No acumulado de janeiro a setembro, as vendas do comércio caíram 40%.

“A situação só não está pior porque fizemos um ajuste fiscal em 1996”, diz o secretário da Fazenda, Mário Tinoco. O resultado é que o comprometimento da receita com as despesas de pessoal caiu de 84,9%,

em 1996, para 74,2% em 1997. Desde 1996, os funcionários distritais — e federais — não têm aumento.

O Distrito Federal recebe da União R\$ 140 milhões por mês para o pagamento da folha de pessoal com saúde, educação e segurança. Pela Constituição, a União tem obrigação apenas com o pagamento da

folha de pessoal da segurança, mas desde a inauguração da capital, em 1960, a União assumiu também as folhas de pagamento das áreas da saúde e

educação.

A União, porém, acabou de contingenciar as transferências para o pagamento do custeio da segurança. Por isso, o governo do Distrito Federal está desembolsando R\$ 13 milhões por mês para cobrir esse gasto, sacrificando investimentos. De acordo com Mário Tinoco, as trans-

ferências para o DF de 1994 para 1998 tiveram uma queda real de 8%. A receita própria do DF é de R\$ 120 milhões por mês.

Pela situação peculiar de viver em função do funcionalismo público e ter a atividade industrial concentrada nas micro e pequenas empresas, o Distrito Industrial está sentindo os efeitos da retração da atividade econômica. O corte de 40% dos financiamentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) atingiram dois programas de obras, o Promoradia e o Pro saneamento.

De acordo com a Pesquisa Conjuntural do Comércio, um relatório mensal feito pela Federação do Comércio do Distrito Federal, a situação do comércio local chegou ao fundo do poço. A mão-de-obra empregada no setor estabilizou-se em 100 mil trabalhadores desde 1995. Os estoques também estão baixos há três anos. “Não temos mais onde cortar”, diz o assessor da Fecomércio, Renato Riella.

economia

Governo suspende licitações em curso e reduz encomendas nos contratos já assinados com os fornecedores